

Guimarães Bloc é Psicólogo, mestrando em psicologia pela UNIFOR @ - lucasbloc@yahoo.com.br Magno César Carvalho Teófilo é Psicólogo, mestre e doutorando em psicologia pela UNIFOR @ - magnocezar@unifor.br

Os rituais da construção da subjetividade masculina

The making of subjectivity male's rituals

Georges Daniel Janja Bloc Boris*

Lucas Guimarães Bloc*

Magno César Carvalho Teófilo*

RESUMO: O texto discute os rituais da *construção* da subjetividade masculina, apontando as dificuldades atuais vividas pelo homem, a necessidade de *diferenciação* em relação à mulher e o fato de que, ao contrário dela, ele é *construído* negativamente, ou seja, *não* deve ser um bebê, *não* deve ser uma mulher e *não* deve ser um homossexual. Destaca que tal fenômeno é engendrado pelo *patriarcado*, que define e controla as relações sociais de gênero há séculos. Afirma que, embora tal sistema sociocultural venha perdendo sua força, favorecendo a expressão de algumas capacidades socialmente consideradas “femininas”, por outro lado, vem deixando os homens confusos devido à crescente multiplicidade dos papéis de gênero, o que tem caracterizado, para diversos pensadores sociais, uma *crise da subjetividade masculina*. Finalmente, denuncia o contexto de *violência* frequente em que ainda são *construídos* os homens, na atualidade.

Palavras-chave: rituais; *construção* da subjetividade masculina; violência; gênero; crise.

I ntrodução

A *construção* das subjetividades masculina e feminina se configura, em grande parte, a partir de uma série de rituais que marcam as experiências cotidianas de homens e mulheres, ensejando diferentes arranjos socioculturais e, conseqüentemente, com claras repercussões nas relações de gênero. Este artigo tem como objetivo discutir os rituais da *construção* da subjetividade masculina, analisando-os historicamente e destacando, em particular, as dificuldades e os conflitos atuais vividos pelos homens,

que têm provocado o que diversos pensadores sociais denominam de *crise da subjetividade masculina* (Ruitenbeek, 1969; Tucker & Money, 1975; Bourdieu, 1982/1990; sep. 1990; Le Rider, 1993; Moore & Gillette, 1993; Muszkat, 1994). O artigo busca demonstrar que tal fenômeno é engendrado pelo *patriarcado*, que define e controla as relações sociais de gênero há séculos. Considera que, embora tal sistema sociocultural venha perdendo sua força, favorecendo a expressão de algumas capacidades socialmente consideradas “femininas”, por outro lado, vem deixando os homens confusos devido à crescente multiplicidade dos papéis de gênero.

Segundo Money & Ehrhardt (1982), é mais fácil *construir* uma mulher do que um homem, pois, desde a concepção do bebê *macho* até a virilidade adulta, *a construção da subjetividade masculina* é plena de percalços. Os perigos se iniciam desde a sua constituição biológica, se estendendo ao longo da existência física, psicológica e sociocultural dos homens. Vejamos alguns exemplos:

- no útero materno, os embriões, e, posteriormente, os fetos do sexo masculino têm mais dificuldade para sobreviver, sendo maior o número de abortos de embriões e fetos masculinos, o que parece indicar sua maior fragilidade em relação aos do sexo feminino;
- tal ameaça de fragilidade se mantém no primeiro ano de vida, pois morrem mais crianças do sexo masculino nesta faixa etária;
- e, como é sabido, em todo o mundo, a mortalidade masculina é significativamente superior à das mulheres, ao longo de toda a sua vida (Ruffié, 1986). Conforme Luizaga (2010), no Brasil, a maior mortalidade masculina pode ser verificada em praticamente todas as idades e para a quase totalidade das causas, o que denota uma maior vulnerabilidade dos homens, ainda que tais dados demandem uma análise aprofundada das diferentes causas de suas mortes.

Badinter (1993) destaca, como uma das principais razões da maior vulnerabilidade física masculina, o fato de que ela, provavelmente, advém da também maior fragilidade psíquica dos homens. O menino - nascido e gestado num ventre de uma *fêmea* - deve se voltar em direção à *diferenciação* da mulher durante a maior parte de sua vida (ao contrário da menina), pois apenas pode garantir sua existência de *macho* se opondo à sua mãe, à sua própria feminilidade original e à sua *condição* de bebê dependente e passivo. Assim, “por três vezes, para afirmar uma identidade masculina, deve convencer-se e convencer os outros de que não é uma mulher, não é um bebê e não é um

homossexual” (p. 35), reafirmando sempre que *é homem*, que *é adulto* e que *é heterossexual*. Portanto, a masculinidade é social e culturalmente *construída*, sendo secundária, frágil e desenvolvida a partir de uma feminilidade original.

É possível constatar quanto os homens se preocupam em demonstrar, comprovar e reafirmar sua virilidade, o que não é comum entre as mulheres no que se refere à sua feminilidade. Neste sentido, Souza (2010) investigou os processos de socialização de rapazes negros pobres de São Paulo, discutindo as experiências e os sentidos de “ser homem” *construídos* e reelaborados por eles. Argumenta que a masculinidade é uma experiência que permeia a trajetória nunca acabada dos sujeitos investigados, sendo, com frequência, marcada por revezes. Assim, a concepção popular de que o homem é o *sexo forte* perdeu sua força e ele pode, na verdade e num certo sentido, ser reconhecido como o *sexo fraco*, pelo menos em alguns aspectos (Fogel *et al.*, 1989; Segal, 1990), pois seria vítima de uma série de fragilidades, tanto físicas quanto psíquicas.

Os Rituais da Construção da Subjetividade Masculina: Uma Perspectiva Histórica

Historicamente, as diversas sociedades sempre criaram instituições ou instâncias hierarquizadas de *poder* com o objetivo de exercer o necessário controle sobre seus cidadãos por meio de mecanismos de inclusão e de exclusão. A meta principal e comum a tais ritos de instituições é transformar o estatuto de menino para torná-lo homem. Quer se trate da pedagogia homoerótica da Grécia antiga, da educação viril dos cavaleiros da Idade Média, dos “rituais de iniciação masculina” de meninos e adolescentes nas sociedades ditas “primitivas”, ou mesmo das manifestações atenuadas e disfarçadas - mas ainda presentes - nas sociedades contemporâneas (Castoriadis, 1995), todas visavam a instalar e a garantir a masculinidade de seus filhos. Os rituais de iniciação, de passagem ou de confirmação da masculinidade geravam, ao mesmo tempo, terror e fascinação nos jovens, pois o reconhecimento como *macho* era não apenas uma meta a ser dolorosamente alcançada, mas, também, ansiosamente desejada. Na maioria das sociedades arcaicas e ritualizadas, a masculinidade era um desafio que submetia, mas elevava todos os meninos pela força dos homens mais velhos. Para a maioria das culturas e das sociedades, é extremamente problemático se tornar adulto, pois o homem é uma *construção de gênero* difícil e árdua: enquanto a menstruação - uma espécie de iniciação natural - propicia à moça adolescente a possibilidade de gerar filhos, fundamentando sua *condição* feminina, no rapaz adolescente, diferentemente, ocorre um processo educativo que deve substituir a natureza para romper a *identificação* primeira e encantadora com a mãe (Corneau, 1993).

Nas sociedades pré-industriais, tais métodos se tornaram mais sutis, mas ainda desempenhavam um papel importante, aplicados por meio de práticas humilhantes ou mesmo sádicas, tanto nas residências quanto em internatos, em escolas, nos quartéis, nos conventos e em instituições fechadas (Goffman, 1974). Novas facetas surgiram na *construção sociocultural da subjetividade masculina* nas sociedades industriais: devido às exigências da nova conjuntura econômica, o pai foi obrigado a se ausentar por longo tempo, em busca de trabalho ou por conta das exigências de seu emprego, passando a educação e o cuidado dos filhos à mãe, o que gerou novos impasses e conflitos na família e, conseqüentemente, também na subjetividade masculina. Assim, pode-se depreender que se tornar homem é, também e em grande parte, uma operação comandada pela vontade. Para Loraux (1984), a virilidade é exposta por meio das marcas do corpo masculino. Neste sentido, todo homem deve comprovar que é um guerreiro para ser reconhecido, pois o *macho* precisa sempre estar disposto a morrer e a enfrentar o perigo. Como qualquer mortal, é vulnerável e capaz de sentir medo, mas deve sempre enfrentá-lo, o que lhe possibilita se tornar um herói e o livra da pecha de perdedor e de fracassado. Duby (1990) nos lembra de que “a dor é antes de tudo assunto de mulheres. (...) O homem deve desprezá-la, sob pena de se ver desvirilizado e de ser rebaixado ao nível da condição feminina” (p. 205-206). Os homens, ao sentirem dor, devem suportá-la e nunca se queixar e se lamuriar, como é culturalmente permitido às mulheres. Para Le Breton (1991), as marcas instaladas no corpo masculino estão relacionadas aos ritos de instituições das sociedades tradicionais, que visavam a fazer “morrer” a sua antiga *identidade* feminina para propiciar o surgimento de outra, mais prestigiada culturalmente, isto é, a *identidade masculina*.

É bastante comum que se faça associação entre *violência* e comportamento masculino. Girard (1990) afirma haver pouca variação dos mecanismos biológicos da violência, tanto entre indivíduos quanto em culturas diferentes. Por sua vez, Badinter (1993) argumenta que há grande variação da violência entre os indivíduos e entre as diversas culturas, não se manifestando a violência de forma universal. Considera-a um perigo nas culturas em que a mística do *macho* continua a predominar. É importante lembrar que a sociedade se impõe aos indivíduos por meio da violência, sendo, assim, um “freio” aos seus desejos e às suas vontades (Amorim, 1995). O mito do homem violento é antiquíssimo e a presença da violência masculina, sem dúvida, pode ser reconhecida ao longo de toda a história da humanidade, desde a Grécia Antiga e nas culturas consideradas “primitivas”.

Nas sociedades arcaicas, a violência era descrita como um traço essencialmente masculino (Geertz, 1980; Bourdieu, 1988). Entre os séculos

XVII e XIX, o Iluminismo criou e reforçou um conjunto de representações acerca do ser humano, como, por exemplo, o homem *violento* (Nolasco [org.], 1995). Nas sociedades modernas, a violência passou a assumir facetas mais sutis, mas não era menos presente – por exemplo, a *violência simbólica* e a *violência lúdica* ou *ritual* (Fatela, 1989) –, os homens contando sempre com manifestações mais evidentes, pesadas e explícitas. As diversas manifestações de violência, sem dúvida, foram transformadas pela história das civilizações e, inegavelmente, fazem parte, ainda hoje, do quadro caótico da vida nas sociedades ditas pós-modernas. A ocorrência da violência varia na vida cotidiana das pessoas, mas, no transcurso histórico da humanidade, o imaginário masculino tem sido muito mais vinculado a figuras controladoras e autoritárias do que a figuras moderadas e pacíficas (Nolasco, 1993).

Para Giddens (1993), em vários setores da vida social, tem se evidenciado o controle - especialmente o sexual - das mulheres por parte dos homens. Entretanto, Lins (1997) aponta que, mesmo no violento cangaço, a inclusão das mulheres fez com que as atitudes de homens considerados brutos e sanguinários se modificassem consideravelmente, revelando uma sensibilidade e uma visão de mundo surpreendentes. Tal fenômeno curioso pode ser um sinal da existência concreta de um *poder feminino* e, também, da manifestação de um sintoma social revelador de que o controle dos homens sobre as mulheres, especialmente nos tempos mais recentes, vem sendo abalado, provocando um novo fenômeno sociocultural que muitos cientistas sociais vêm denominando de *crise da subjetividade masculina* (Ruitenbeek, 1969; Tucker & Money, 1975; Bourdieu, 1982/1990; sep. 1990; Le Rider, 1993; Moore & Gillette, 1993; Muszkat, 1994). Embora não seja possível apontar um único motivo para tal *crise*, há, certamente, um *poder feminino* em ascensão, evidenciado, concretamente, em diversos aspectos da vida social, como o crescimento da participação feminina no universo do trabalho, a busca das mulheres por seus direitos e por igualdade com os homens, sua crescente participação política etc.

As Crises da Subjetividade Masculina na Contemporaneidade

Hoje, alguns homens já não se reconhecem no modelo patriarcal de *macho*, pois se afastaram de muitos dos seus valores tradicionais, mas ainda não incorporaram novos princípios que os mantenham confortáveis nesse contexto que vem se configurando. O mal-estar gerado pela instabilidade das transformações por que vêm passando as *relações socioculturais de gênero*, na atualidade, pode, eventualmente, ter como resposta uma reação

agressivo-defensiva dos homens – talvez um refluxo de *violência* reprimida -, especialmente contra as mulheres e os filhos, mas, também, contra seus congêneres, os outros homens. Neste contexto, Machado (2004) realizou pesquisa com homens presos por crime de estupro. Entre os entrevistados, apenas um não utilizou a força física para forçar a mulher que não o queria como parceiro sexual. Contudo, todos os homens entrevistados acreditavam que, na realidade, suas vítimas queriam ser estupradas por eles. Machado considera que a noção de virilidade da maioria dos homens é associada ao poder de manipular e de utilizar o corpo do outro para a realização do seu prazer sexual, concepção presente no inconsciente dos meninos desde a sua infância até a vida adulta:

as narrativas dos apenados fazem referência a uma expectativa da moralidade social vigente, que atribui ao homem a transformação do não inicial da mulher em sim. Se o não continua é porque a sua natureza viril, sua capacidade de conquista é a que está em jogo. O esperado é que a mulher não diga não, porque esse não poderia ser denunciador de sua virilidade. Daí a ambigüidade de ter uma relação sexual com mulher que não o queira e aí um dos fulcros para a construção das estratégias visando a transformar o não em sim (p. 42).

Assim, o “não” das mulheres vítimas de estupro é ouvido como “sim” pelos homens agressores, ou seja, como uma provocação para a demonstração de sua virilidade com o uso da violência do estupro.

Por sua vez, nas últimas décadas, vem se desenvolvendo um novo contexto familiar, que revela sintomas sociais de carência ou de ausência da figura paterna ou, por vezes, mesmo de quase inexistência de relacionamento afetivo íntimo entre pais e filhos. Devido à progressiva multifacetação assumida pela família – desde o tradicional modelo conjugal de pai, mãe e filhos (ainda dominante), mas, também, de configurações com mães ou pais solteiros, pais homossexuais, agrupamentos diversos etc. – já não podemos reconhecer um modelo sócio-familiar único (Lins & Bezerra de Menezes, 1995). Em alguns casos, a ausência de um modelo familiar estruturado, a frequente debilidade, a embriaguez e/ou a violência paterna são tão aversivas que o filho se recusa veementemente a se *identificar* com qualquer manifestação de virilidade, investindo em fazer desaparecer toda similaridade com a figura paterna e masculina. Para Corneau (1993), tal confusão é favorecida devido à manutenção, diante da diversidade sociocultural, do que denominou de *paternagem* inadequada: violência física ou simbólica regular; ausência

prolongada; indução de culpa; falta de resposta às necessidades de afeto e de dedicação; ameaças de abandono com objetivo de punição ou de disciplina; “agarramento” ao filho para que ele cresça rápido demais para sua idade; e fazer do filho o “bode expiatório” da patologia familiar. Ou seja, apesar da diversidade dos modelos familiares e de *paternagem*, muitos homens ainda são *construídos* por meio de uma educação que apenas privilegia a hierarquia, a competição e a violência. Esta é uma questão relevante em sociedades e culturas violentas como as atuais, principalmente quando são detectados comportamentos violentos na família. O contexto familiar é determinante na *construção* da subjetividade, podendo tanto gerar a reprodução de comportamentos violentos quanto uma grande aversão a eles, o que distancia os filhos de figuras parentais violentas. Apesar da impossibilidade de prever com precisão a manifestação de comportamentos violentos, modelos educativos como os acima descritos potencializam o comportamento violento.

Em tal contexto, para Corneau (1995), “a terrível violência dos homens em nossa sociedade começa por uma essa primeira violência, a que se pratica sistematicamente contra si mesmo, e todos os homens, inclusive eu, a dirigem contra a própria sensibilidade” (p. 47). Na falta de um modelo de *identificação* masculina na figura paterna no lar - pois o pai está ausente, senão física, mas (ou também) simbolicamente (Corneau, 1993) -, é comum que os adolescentes busquem, fora de casa e longe dos pais, novos canais de expressão de sua virilidade e da frustração com o ambiente familiar. Desta forma, mais do que simplesmente aderir a um instinto gregário, os filhos buscam romper com e se afastar da figura paterna - e, também, da cultura predominantemente materna e feminina vivenciada em casa - para se incorporar a uma cultura masculina (Badinter, 1993), externa ao lar, em que a *violência* é um meio de expressão costumeiro.

A *construção da subjetividade masculina* se desenvolve num campo destinado apenas aos homens, no qual se vicejam a competição, a guerra, a política, a ciência, a arte, a religião e a *honra*, o que determina sua grandeza, mas, também, com frequência, sua própria miséria. Desta forma, os homens buscam dominar seus congêneres, mas, secundariamente e como um instrumento de luta simbólica, além deles, as mulheres (Bourdieu, 1990) e seus filhos. Muitas vezes, o comportamento machista entre os jovens é favorecido não apenas pelo pai e por outros homens mais velhos, mas, também, por seus pares e até mesmo por suas próprias mães, pois elas mantêm, ainda, em grande parte, o *papel sociocultural* de formadoras primeiras da *subjetividade* dos futuros *machos* que geraram. Para Damico e Meyer (2010), a partir de um estudo sobre a *construção* da masculinidade entre jovens de baixa renda da periferia parisiense, é possível aproximar as conclusões de tal investigação à realidade

brasileira, haja vista as semelhanças socioculturais experimentadas nos dois contextos, caracterizados pela pobreza socioeconômica. Concluem que o uso do poder como forma de docilização política e utilidade econômica influencia o modo como o olhar psicobiológico da mídia, a serviço do Estado, produz uma identidade objetivada, numa suposta “essência” violenta, própria aos jovens adolescentes masculinos na sociedade atual da França e do Brasil:

assim, muitas das políticas e programas direcionados à juventude, tanto na França quanto no contexto brasileiro, acabam por assumir e reiterar uma equação que relaciona determinados problemas (como violência, infrações diversas, uso abusivo de álcool e substâncias psicoativas, etc.) a uma essência que, de certa forma, ‘aprimora’ e reduz a composição complexa e multifacetada de identidades juvenis masculinas de periferias urbanas (p. 153).

Portanto, podemos reconhecer a forma tradicionalmente opressiva e violenta pela qual certos homens, ainda hoje, são socializados. É razoavelmente comum que alguns deles tenham que renunciar à sua liberdade, negando seus sonhos, seus desejos, sua história de vida e seus limites, visando a uma aceitação e a uma adequação por meio da incorporação de *papéis socioculturais* viris prontos e acabados, particularmente os engendrados e estimulados pelo modelo patriarcal. O homem violento é induzido a considerar seu próprio corpo como uma ferramenta, uma máquina ou mesmo uma arma, podendo ser usada para enfrentar e para agredir seus adversários, que passam, também, a ser considerados como meros objetos. Tal concepção de masculinidade - violenta, hierárquica e competitiva – também desfavorece a criação e o desenvolvimento de amizades duráveis, sólidas e íntimas com outros homens. Mesmo os grupos viris, apesar de suas manifestações clara e vigorosamente homofóbicas, frequentemente apresentam um forte homoerotismo inconsciente (Messner, 1988). Tudo se passa como se, a despeito de uma homofobia proclamada, os homens necessitassem criar a oportunidade de se tocar e de se agarrar sem verem suas atitudes sob a suspeita de intenções homossexuais (Badinter, 1993). A amizade entre os homens, por exemplo, passa a ser constituída de relações fortuitas, superficiais e esporádicas, como se indivíduos do sexo masculino não necessitassem de contatos íntimos com seus congêneres. As relações com as mulheres, também, se tornam confusas, pois os homens, ao não se permitirem reconhecer seus limites e suas potencialidades, têm, com frequência, dificuldade de aceitar ou de lidar com as conquistas femininas. O mundo feminino se torna, então, um espaço de estranheza e de desconfiança, ao qual alguns homens resistem ou mesmo recusam qualquer

aproximação. Assim, a mulher se mantém, em muitos casos, uma fonte de mistério, atraente, sem dúvida, mas perigosa, pois pode contaminar o *macho* inseguro de pôr em risco sua frágil masculinidade debilmente *construída*.

Diversos pensadores sociais, entre eles Lévi-Strauss (1976; 1981), consideram o patriarcado como um sistema universal de *poder*. O *poder* patriarcal ainda impera, sem dúvida. Entretanto, Badinter (1980; 1986; 1993) argumenta que a teoria do patriarcado eterno e necessário estaria superada, pois o *poder* dos homens sobre as mulheres dá, cada vez mais, mostras de sérios abalos. Tal afirmativa se justifica pelo fato de que, desde os anos 1970, o ideal hegemônico masculino vem se configurando como fatal para os próprios homens. Atualmente, a diferença da mortalidade entre homens e mulheres, apesar de todos os avanços tecnológicos da medicina e das condições de higiene e de infraestrutura básica, estaria em torno de oito anos, em quase todos os países ocidentais¹. A explicação psicossocial de tal diferença de longevidade entre os gêneros e de sua crescente acentuação desde o início do século XX se fundamenta nos constrangimentos que o tradicional *papel sociocultural* masculino ainda impõe e sobrecarrega os homens. Senão, como explicar que mesmo mulheres que adotam uma postura viril em sua luta por ascensão no mercado de trabalho venham apresentando, cada vez mais, as mesmas doenças até há alguns anos consideradas caracteristicamente masculinas? Apesar dos homens terem as mesmas necessidades psicossociais das mulheres, a ilusão viril ainda continua proibindo ou limitando os homens na expressão de suas reais necessidades e na adoção de algumas atitudes verdadeiramente humanas. Farrell (1974) e Feigen-Fasteau (1980) já apontavam os perigos físicos que rondam o “homem duro”, induzido a sofrer acidentes ao praticar esportes, “hobbies” ou mesmo vícios arriscados, pautados nos símbolos socioculturais da virilidade. Além disto, considere-se a obsessão pelo desempenho sexual, a vivência da violência pessoal e coletiva e a competição e o estresse profissionais, comuns entre muitos homens, e teremos uma idéia mais clara das imposições que ainda rondam e dão um significado de “fortaleza” ao *macho* humano, mas que, por outro lado, o fragilizam, pois, frequentemente, se encontra acometido de ansiedade, de angústia, de temor do fracasso e de clara dificuldade com a expressão de seus próprios sentimentos, muitas vezes tendo como consequência o desenvolvimento de doenças psicossomáticas – uma espécie de auto-violentação – ou a manifestação de comportamentos compensatórios de violência, cujas principais vítimas acabam sempre sendo as mulheres, seus filhos e seus congêneres.

O sistema patriarcal desenvolveu um meio opressivo e violador pelo qual muitos homens, ainda hoje, continuam sendo socializados, o que tem gerado seres mutilados, incapazes de integrar suas heranças paterna e materna,

1 Certamente, não é por acaso que a Islândia, país reconhecido por sua política igualitária quanto às *relações sociais de gênero*, seja uma exceção interessante, pois a diferença entre mortalidade masculina e feminina cai para 5,5 anos (Badinter, 1993). TOURAINE, Alain. O mundo das mulheres. Tradução de Joana Chaves. Lisboa: Instituto Piaget, 2006. 263 p.

masculina e feminina, ativa e passiva, adotando um processo de *diferenciação* rígido e unilateral, voltado unicamente aos atributos viris. Nolasco (1993) destaca a propensão à negação da sensibilidade masculina, comum na educação dos homens, e a atribui ao fato de que a dinâmica *subjetiva* sempre foi considerada “propriedade” das mulheres, o que levaria muitos homens, ainda hoje, a adotar para si mesmos parâmetros de comportamento pautados nessa negativa ou numa pretensa *objetividade* masculina. Entre as várias características da *construção* da *subjetividade masculina*, Nolasco destaca as dificuldades profissionais vivenciadas num contexto social que desqualifica a manifestação da individualidade, da singularidade e da *subjetividade* dos homens, a ausência impactante do pai em suas vidas, bem como a sua inserção social por meio de atitudes autoritárias, competitivas e violentas, que se opõem a qualquer manifestação afetiva em seu cotidiano, mesmo que elas não façam mais sentido para eles. Sem dúvida, as mulheres, por meio dos avanços e das conquistas inegáveis que vêm obtendo em todos os campos sociais, foram e são peças fundamentais na configuração do abalo sistemático do ideal patriarcal a que nos referimos. Apesar de não serem as únicas forças motrizes das progressivas transformações das *relações sociais de gênero*, seu sonho igualitário alavancou o crescente desmantelamento da masculinidade tradicional. Por vezes, “encurralados” por essas novas cobranças socioculturais, particularmente as advindas das mulheres, e não podendo, não conseguindo ou não querendo atendê-las, ou, ainda, criticados por persistirem em adotar posturas consideradas ultrapassadas, pois pautadas no modelo patriarcal de virilidade – certos homens reagem com violência ou buscam outros escapismos defensivos menos visíveis, mas, certamente, reveladores da confusão em que se encontram por conta das inquietantes transformações nas *relações sociais de gênero*, especialmente no que diz respeito às conquistas e aos avanços femininos, entendidos por alguns deles como uma ousadia ou um atentado contra o *poder* viril que acreditam deter e que ainda consideram inquestionável.

No Brasil, desde o final da década de 1980, a mídia tem questionado o comportamento masculino, o que, de certo modo, tem favorecido com que os homens venham mudando, ou, pelo menos, propiciando uma “autorização social” para que realizem tarefas até então consideradas “femininas”, o que gerou certo reconhecimento e mesmo uma valorização de situações cotidianas e de sensações que não lhes eram permitidas, sem o risco de serem considerados *maricas*, como ocorria anteriormente. Não se considerando nem “monstros” truculentos nem “pobres coitadinhos” dignos de piedade, alguns homens, já há algum tempo, passaram a buscar uma nova configuração subjetiva que espelhe aquilo que realmente são, sem mais adotar o tradicional modelo patriarcal e suscitando uma transformação que passe pela vivência

cotidiana individual e pelo confronto com os impasses culturais que toda mudança social propicia. Assim, a mídia tende a divulgar, taxativamente, a idéia de que o movimento feminista seria o grande responsável pelo surgimento dessa nova postura masculina. Sem dúvida, o movimento político das mulheres representa um dos principais desencadeadores de muitas das significativas transformações das *relações sociais de gênero* dos últimos tempos e mesmo de algumas das mudanças de atitude pelas quais vêm passando muitos homens; entretanto, atribuir a esse movimento a capacidade de fazer com que os homens se adaptem ou que se modifiquem a ponto de gerar uma *crise da masculinidade* seria um exagero e uma redução da *subjetividade* viril a uma mera realização dos desejos femininos. Prova disto é que a maior parte da literatura feminista ainda descreve os homens como uma categoria genérica, sem singularidade e opressora das mulheres.

As transformações do *gênero* masculino - e suas conseqüentes *crises* - são bem mais antigas do que o movimento feminista pretende, mesmo considerando suas primeiras manifestações, o que nos remete ao século XVIII, com as “preciosas francesas” (mas, também, na Inglaterra), que incluíam, entre elas, alguns homens, e questionavam o *papel sociocultural e político* de ambos os gêneros nos séculos XVI e XVII, sendo, portanto, um grupo precursor tanto dos movimentos feministas quanto os dos chamados “novos homens” (Badinter, 1993). Deve-se lembrar de que esses pequenos e limitados grupos, em que predominavam as mulheres, pertenciam à elite socioeconômica e às classes dominantes de sociedades avançadas e refinadas - a aristocracia e a burguesia urbanas - e que elas gozavam de mais liberdade do que suas congêneres de outras culturas e classes sociais. Sem dúvida, expressavam uma necessidade de transformação dos valores ideológicos, econômicos e socioculturais, que já vinha ocorrendo, e se voltavam contra idéias e práticas que ainda imperavam naquela época, tendo repercussão - mesmo que limitada - nas organizações familiares e do trabalho. Lenta, mas progressivamente, as mudanças nos paradigmas da ciência e do saber, decorrentes das transformações econômicas e sociais nos últimos séculos, propiciaram o surgimento de uma nova concepção de homem, a partir da constituição do sujeito de direito e do reconhecimento da noção de indivíduo como valor, com direitos e deveres iguais aos seus semelhantes. É neste sentido que tendemos a concordar com Nolasco (1993), que afirma que

restringir a transição vivida hoje pelos homens a particularidades e à história do movimento de mulheres é negar que o próprio movimento de mulheres também decorre das transformações sociais iniciadas no século XVII. Desse ponto de vista, o feminismo seria uma

tentativa de “reparação” da identidade das mulheres, tal como está acontecendo com os homens (p. 23).

Desta forma, acrescenta Le Rider (1993), “ambos” – o feminismo e os *men's studies* – “são frutos das sucessivas transformações vividas pelos indivíduos, podendo ser compreendidos como uma ‘radicalização do individualismo’” (p. 12), vivida como *crise* da mesma ideologia individualista. O feminismo, desde sua origem, vem apontando os homens como opressores das mulheres, confundindo-os com o patriarcado, como se fossem o mesmo fenômeno social (Perrot, 1988). Concentrado na luta pela ampliação das oportunidades sociais das mulheres, o movimento feminista pouco se deu conta e, menos ainda, se preocupou com as variadas formas de opressão que, também, submetem e fazem sofrer os homens. Adotando posições certamente necessárias para a obtenção de seus avanços e conquistas,

o feminismo não pode escapar de seus ritmos e ele oscila constantemente entre os pólos da diferenciação e da indiferenciação. Ele assim foi no passado. Ele assim vai da mesma forma hoje. Forte afirmação da diferença? Esta foi a arma do feminismo radical dos anos setenta, aquele (...) que, na verdade, recusava então a própria palavra “feminismo” como produto perverso da dominação masculina (p. 404).

Finalmente, os congressos e os eventos sobre *gênero* são ainda dominados pela presença feminina e boa parte dos trabalhos apresentados ainda versa unicamente sobre as mulheres, como se essa categoria conceitual dissesse respeito apenas a elas. É tal postura, mesmo que apoiada em fundamentos científicos e valores socioculturais inegavelmente justos, que desejamos questionar neste breve texto.

Conclusão

No diversificado campo das investigações das relações socioculturais de gênero, a violência, com frequência, foi apontada como uma característica essencialmente masculina, muitas vezes sem a devida consideração dos processos psicossociais e históricos de sua *construção*. Podemos perceber, ao longo da história e mesmo na contemporaneidade, vários sintomas de uma *crise da subjetividade masculina*, que apontam para as manifestações da violência e demandam sua adequada discussão. Diante dos alarmantes índices de violência contra a mulher, têm sido criados mecanismos para seu combate, na busca da igualdade entre os gêneros, ideal ainda distante, mas

proporcionando um contexto impensável em décadas anteriores, nas quais muitos homens ainda percebiam sua pretensa superioridade como seu grande trunfo frente a mulheres oprimidas. Apontar e discutir a crise da subjetividade masculina contemporânea requer uma reflexão e mesmo uma luta para que a própria violência não acabe sendo mais uma forma de enfrentá-la.

Entendemos que é necessário, também, reconhecer os níveis de opressão e de violência a que muitos homens estão submetidos e que nem todos eles estão identificados com a falocracia. A *construção* da subjetividade ocorre por meio de identificações relacionais, familiares, culturais e sociais, envolvendo *rituais* que tentamos, brevemente, descrever aqui. Tais rituais, no processo de *construção da subjetividade masculina*, mesmo na contemporaneidade, induzem, com frequência, comportamentos machistas, violentos e homofóbicos, numa tentativa de imposição viril de um *poder* que alguns homens, ainda, acreditam deter e que esperam não perder. Especialmente com a crescente ascensão feminina no campo do trabalho, alguns homens vivenciam a perda de um espaço que era privilégio seu, o que alimenta a referida *crise da subjetividade masculina*. Neste sentido, as mudanças da subjetividade feminina geram transformações nas relações socioculturais de gênero - relacionais por excelência -, e, por conseguinte, no próprio processo de *construção da subjetividade masculina*. A questão parece ser muito mais o quê fazer diante de tal *crise da subjetividade masculina* do que tentar justificá-la ou apontar seus responsáveis ou culpados, tendência que podemos perceber em alguns enfoques predominantemente confrontativos e radicais dos conflitos entre os *gêneros* na literatura e no discurso feministas, inclusive em suas vertentes biologicistas. Trata-se de um discurso que pouco contribui com a tão buscada igualdade de gênero e uma postura que acaba por aprofundar um abismo já existente nas relações entre homens e mulheres.

Portanto, aqui, fazemos um convite aos pesquisadores das relações de gênero, homens e mulheres, a examinar suas posições e a, também, se debruçar sobre a *subjetividade masculina*, compreendendo as nuances opressivas do *poder sociocultural* atribuído e exercido pelos homens e buscando estratégias mais efetivas a adotar diante de uma crise que, mais do que um sintoma negativo, pode ser compreendida como um indício de novos arranjos das relações de gênero.

ABSTRACT: The text discusses the making of subjectivity male's rituals, pointing out the actual difficulties experienced by man, his necessity of differentiation of woman and the fact that, on the contrary of her, he is made negatively, that is, he must not be a baby, a woman and a homosexual. The text stands out that this phenomenon is engendered by the patriarchal system, that defines and controls the social relations of gender since many centuries and, although it has been losing its power, what supports some socially considered feminine capacities, it continues, by the other side, making men

Artigo

Recebido:25/04/2012

Aprovado:26/05/2012

Keywords: rituals; making of male's subjectivity; violence; gender; crisis.

confused because of the increasing multiplicity of gender roles, what has characterized, for various social thinkers, as a *crisis of male subjectivity*. In conclusion, the text denounces the frequent context of violence where men are still made in our days.

Referências

AMORIM, Mirtes Mirian. Labirintos da autonomia: a utopia socialista e o imaginário em Castoriadis. Fortaleza: Edições UFC, 1995.

BADINTER, Elisabeth. O amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BADINTER, Elisabeth. Um é o outro: as relações entre homens e mulheres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BADINTER, Elisabeth. XY: sobre a identidade masculina. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BOURDIEU, Pierre. Rites de institution. Language and symbolic power. Cambridge: Harvard University Press, p. 117-126, 1982/1990.

BOURDIEU, Pierre. O sentimento da honra na sociedade cabília. In: PERISTIANY, J. G. Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrânicas. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 159-195.

BOURDIEU, Pierre. La domination masculine. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Paris: n. 84, sep. 1990, p. 2-31.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CORNEAU, Guy. Pai ausente, filho carente: o que aconteceu com os homens? 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CORNEAU, Guy. Paternidade e masculinidade. In: NOLASCO, Sócrates (org.) A desconstrução do masculino. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p. 43-52.

DAMICO, José Geraldo Soares & MEYER, Dagmar E. Estermann. Constituição de masculinidades juvenis em contextos “difíceis”: vivências de jovens de periferia na França. Cadernos Pagu. Campinas: 34, janeiro-junho de 2010, p. 143-178.

DUBY, Georges. Mâle moyen age. Paris: Champs/Flammarion, 1990.

- FARRELL, Warren. *The liberated man*. New York: Random House, 1974.
- FATELA, João. *Portugal de perto: o sangue e a rua*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.
- FEIGEN-FASTEAU, Marc. *Le robot mâle*. Paris: Denoël-Gonthier, 1980.
- FOGEL, Gerald I. et al. *Psicologia masculina: novas perspectivas psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- GEERTZ, Clifford. *Negara: O Estado teatro no século XIX*. Lisboa: Difel, 1980.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1993.
- GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- LE BRETON, David. *Passions du risque*. Paris: Métailié, 1991.
- LE RIDER, Jacques. *A modernidade vienense e as crises de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (org.) *La identidad*. Barcelona: Petrel. Seminário, 1981.
- LINS, Daniel Soares. *Lampião: o homem que amava as mulheres*. São Paulo: Annablume, 1997.
- LINS, Daniel Soares & BEZERRA DE MENEZES, Maria Isolda Castelo Branco (coords.) *Paternidade: algo a ser reinventado*. In: *Curso Família, Famílias*. Universidade Aberta do Nordeste. Fascículo 4. Fortaleza: Jornal O Povo/Fundação Demócrito Rocha/Governo do Estado do Ceará, 1995.
- LORAUX, Nicole. *Blessures de virilité*. In: *Le genre humain 10: le masculin*. Paris: Ed. Complexe, 1984, p. 39-56.
- LUIZAGA, Carolina Terra de Moraes. *Mortalidade masculina no tempo e no espaço (dissertação de mestrado)*. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2010.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violências: gênero e mal estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, M. (org.) Masculinidades. São Paulo: Boitempo; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 35-78.

MESSNER, Michael. The life of a man's seasons: male identity in the life course of the jockin. In: KIMMEL, S. (ed.) Changing men: new directions in research on men and masculinity. Thousand Oaks: Sage Focus, 1988, p. 53-67.

MONEY, John & EHRHARDT, Anke A. Man and woman. Boy and girl. 8. ed. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1982.

MOORE, R. & GILLETTE, D. La nueva masculinidad: rey, guerrero, mago & amante. Barcelona: Paidós Contexto, 1993.

MUSZKAT, M. Desejo de mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

NOLASCO, Sócrates. O mito da masculinidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

NOLASCO, Sócrates (org.) A desconstrução do masculino. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

PERROT, Michelle. As mulheres, o poder, a história. In: Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 167-184, 1988

RUFFIÉ, Jacques. Le sexe et la mort. Paris: Odile Jacob, 1986.

RUITENBEEK, H. M. O mito da masculinidade: uma visão nova e surpreendentemente franca do homem norte-americano de hoje. São Paulo: EGRT, 1969.

SEGAL, Lynne. Slow motion. Changing men. New Jersey: Rutgers University Press, 1990.

SOUZA, Raquel. Rapazes negros e socialização de gênero: sentidos e significados de "ser homem". Cadernos Pagu. Campinas: 34, janeiro-junho de 2010, p. 107-142.

TUCKER, P. & MONEY, J. Os papéis sexuais. São Paulo: Brasiliense, 1975.